

Diversidade Sexual e Relações de Gênero nas Políticas Públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?



Abrapso

Associação Brasileira de Psicologia Social

Diretoria

Presidente: Aluísio Ferreira de Lima
Primeiro Secretário: Marcelo Gustavo Aguilar Calegare
Segundo Secretário: Leandro Roberto Neves
Primeira Tesoureira: Déborah Christina Antunes
Segunda Tesoureira: Renata Monteiro Garcia
Suplente: Carlos Eduardo Ramos

Editoras

Cleci Maraschin - UFRGS
Neuza Maria de Fátima Guareschi - UFRGS

Editora Executiva

Ana Lúcia Campos Brizola - UFSC

Conselho Editorial da Editora ABRAPSO

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ
Andrea Vieira Zanella - UFSC
Benedito Medrado-Dantas - UFPE
Conceição Nogueira – Universidade do Minho - Portugal
Francisco Portugal – UFRJ
Lupicínio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha
Maria Lúcia do Nascimento - UFF
Pedrinho Guareschi – UFRGS
Peter Spink – FGV

Diversidade Sexual e Relações de Gênero nas Políticas Públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?

Organização:

Henrique Caetano Nardi

Paula Sandrine Machado

Raquel da Silva Silveira

Diagramação e Criação de Capa: Editora Deriva

Imagem da Capa: Montagem de Perseu Pereira a partir da obra *O jardim das Delícias Terrenas* de Hieronymus Bosch

D618 Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas: o que a laicidade tem a ver com isso? / Henrique Caetano Nardi; Paula Sandrine Machado e Raquel da Silva Silveira [orgs.] – Porto Alegre: Deriva/ Abrapso, 2015.

220f. ; 14 X 20 cm.

ISBN: 9788562628-97.9

1. Psicologia Sexual. 2.Gênero 3.Diversidade Sexual. 4. Políticas Publicas. I.. Nardi, Henrique Caetano. II. Machado, Paula Sandrine e. III. Silveira, Raquel Silveira da silva

CDU 306.7

Ficha catalográfica elaborada por Rosângela Broch Veiga – CRB 10/1734

Editora Deriva

www.deriva.com.br

deriva@deriva.com.br

Editora da ABRAPSO

Rua Ramiro Barcelos, 2600 sala 300e

Porto Alegre, RS – Brasil

CEP 90035-003

editora@abrapso.org.br



Apresentação

Diversidade Sexual e Relações de Gênero nas Políticas Públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?

Henrique Caetano Nardi

Paula Sandrine Machado

Raquel da Silva Silveira

A laicidade tem sido um foco de tensão em relação ao campo da diversidade sexual e das relações de gênero, constituindo um dos debates políticos contemporâneos mais importantes no que tange a efetivação dos direitos humanos. A ponderação entre os direitos sexuais – incluindo o princípio da liberdade de orientação sexual e de identidade de gênero – e a liberdade religiosa tem afetado a definição das políticas públicas brasileiras. Assim, no ano de 2014, por exemplo, os embates teórico-políticos em torno da aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), inicialmente previsto para o período entre 2010-2020 (PNE - PL

8035/2010) foram marcados por uma disputa acirrada na Câmara dos Deputados que modificou a redação de uma de suas metas que propunha a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”. No jogo de forças políticas, as bancadas católica e evangélica conseguiram a supressão dos termos “igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”, e a redação final foi aprovada da seguinte forma: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.

Inserido nesse debate sobre os efeitos dos discursos religiosos na condução das políticas em países laicos, o livro “Diversidade Sexual e Relações de Gênero nas Políticas Públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?” é um convite ao diálogo interdisciplinar. Ele busca ser uma ferramenta para a formação de profissionais que estão trabalhando ou que estão sendo formadas/os para trabalhar nas políticas públicas, sobretudo, no contexto da assistência, da saúde, da educação e da justiça. Dessa forma, destina-se tanto a profissionais da rede de atenção quanto aos e às estudantes de graduação nos mais diversos campos disciplinares.

Fruto das ações do Núcleo de Pesquisas em Sexualidade e Relações de Gênero e do Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça, ambos ligados ao Departamento de Psicologia Social e Institucional, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, convidamos para compor esse livro autoras e autores de diversos pertencimentos, tanto da academia quanto dos movimentos sociais. A experiência que se constrói na relação entre a universidade, os movimentos sociais e as políticas públicas se expressa na heterogeneidade dos textos.

O livro é dividido em dois blocos: 1) Estado, Movimentos Sociais e Laicidade; 2) Reflexões sobre o fazer no campo do gênero e da sexualidade: Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça. O primeiro bloco busca o diálogo entre o trabalho da academia e dos movimentos sociais na perspectiva de construir relações cidadãs e igualitárias no campo dos direitos sexuais e dos direitos humanos.

O primeiro texto, de Roger Raupp Rios, explora, a partir do campo jurídico, os fundamentos da laicidade, ou seja, liberdade religiosa, pluralismo democrático e diversidade religiosa, assim como os modelos utilizados por diferentes países. Apresenta a escolha brasileira, afirmada na Constituição de 1988, por uma laicidade pluriconfessional e, de forma precisa e objetiva, ajuda-nos a compreender a importância da laicidade para o jogo político democrático. Por fim, argumenta em favor da impossibilidade da utilização dos argumentos religiosos na esfera política, uma vez que não são passíveis de contestação, por serem baseados na fé.

O segundo texto, de Ana Naiara Malavolta, discute a presença do discurso religioso fundamentalista nos espaços políticos institucionais da sociedade brasileira e seus efeitos na condução das políticas públicas. Questiona os limites da articulação entre o princípio da liberdade e a liberdade religiosa, salientando o direito de exercer qualquer religião, bem como a liberdade de não se ter religião. Discute o uso do espaço público e como os partidos políticos da bancada religiosa no Brasil acabam violando direitos das mulheres e das pessoas LGBT. Aponta a interferência desses discursos conservadores no entrave de temas importantes como o aborto, as modificações corporais de pessoas transexuais, o direito à informação sobre a diversidade sexual e o direito ao prazer nas experiências sexuais.

O terceiro texto, de Mario Pecheny, é um ensaio vigoroso que aponta para questões centrais que envolvem o debate político sobre os direitos sexuais e a laicidade, sobretudo seus efeitos nos entraves para aprovação do direito ao aborto. A partir do contexto argentino, mostra que o temor de derrotas eleitorais pelo voto religioso nunca se efetivou. Nesta direção afirma que não podemos culpar o campo religioso pelo bloqueio e recuos no campo dos direitos sexuais, uma vez que nossas/os parceiras/os na esfera da democracia representativa não têm feito os enfrentamentos necessários para avançar nesse campo.

O quarto texto, de Fernando Seffner, propõe uma reflexão sobre a forma como a laicidade tensiona o cotidiano escolar. A partir do conceito de “modus vivendi”, explora as dimensões da diversidade sexual, de identidade de gênero e religiosa, apontando para as maneiras como a escola republicana deve guiar suas ações neste campo.

O quinto texto, de Marco Antônio Torres, discute os modos de produção das sexualidades no contexto brasileiro, caracterizado por uma “laicidade precária”, ou seja, de difícil efetivação e caracterizada por uma forte articulação no poder legislativo das bancadas religiosas. Nesse contexto, porém, o autor aponta para os modos como alguns sujeitos lidam com as sexualidades que se distanciam da norma heterossexual, a partir de duas pesquisas: uma, entrevistando padres gays da Igreja Católica, e outra entrevistando professoras transexuais e travestis.

O sexto texto, de Åsa Heuser, apresenta de que forma a Liga Humanista Secular do Brasil (LiHS) tem atuado na defesa de efetivação da laicidade do Estado brasileiro. A LiHS é uma organização baseada numa postura filosófica que se

dirige, sobretudo, à busca pelo bem-estar dos seres humanos. Sustentado por quatro pilares básicos: o naturalismo, o secularismo, o racionalismo e a ética consequencialista; o humanismo secular atua em temáticas públicas que violam direitos humanos relacionados à religiosidade. Propõe o fortalecimento do monitoramento legislativo, como por exemplo, no questionamento do ensino religioso em escolas públicas, da interferência religiosa em locais de internação para usuários de drogas e da intolerância religiosa. Aponta a importância de articulação entre organizações que lutam pela laicidade do Brasil, destacando a recente criação do Movimento Estratégico pelo Estado Laico (MEEL).

O segundo bloco de textos articula teoria e prática buscando refletir sobre as ações realizadas tanto pelas/os integrantes do NUPSEX (Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero) como do Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça. Vale destacar que esse bloco é constituído por textos de autoria das/dos estudantes, docentes e pesquisadoras/es que participaram das ações. Ressaltar esse aspecto significa afirmar a preocupação presente, desde o planejamento, em fomentar a formação da equipe através de atividades de iniciação científica, ensino e extensão universitária, as quais vêm sendo trabalhadas de forma indissociada.

O primeiro texto deste bloco, escrito por Cristina Gross Moraes, Eric Seger de Camargo e Henrique Caetano Nardi, discute a formação no campo da diversidade sexual e das relações de gênero, apresentando os conceitos centrais que orientam as ações do CRDH/NUPSEX e descrevendo os recursos e ferramentas utilizados nas experiências de oficinas que temos realizado com públicos diversos.

O segundo texto, de Camila Guaranha, Gisele Scobernatti, Moises Romanini e Raquel da Silva Silveira, aborda a temática do acolhimento a pessoas que sofrem discriminação e violência por questões de gênero, sexualidade e raça. A partir das experiências de acolhimento desenvolvidas pelo CRDH/NUPSEX, apresenta reflexões teóricas e orientações para o exercício de boas práticas. Com intuito de fortalecer o reconhecimento de que o enfrentamento à violação de direitos humanos é uma tarefa coletiva de dimensão pública, coloca-se ênfase no fortalecimento de redes de serviços públicos e comunitários.

O terceiro texto, de Camila Guaranha, Cristina Gross Moraes, Eric Seger, Jamille Ovadia Moraes, Lucas Aguiar Goulart e Paula Sandrine Machado, apresenta as práticas do CRDH/NUPSEX na elaboração de pareceres psicológicos para retificação do nome no registro civil de pessoas transexuais e travestis. Em parceria com o grupo G-8 Generalizando do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) da UFRGS e com a ONG Igualdade-RS, o CRDH/NUPSEX integra o projeto “Direito à Identidade: Viva Seu Nome!”. Assim, essa escrita compartilha as discussões teórico-políticas da psicologia social que embasam a produção de pareceres psicológicos numa perspectiva não patologizante, mas como uma ferramenta teórica e uma estratégia na direção da consolidação dos direitos das pessoas trans* de não serem submetidas a constrangimentos e à violência pública em virtude de seu registro civil.

Além da articulação com o movimento social, este livro é fruto da colaboração de autoras/es de diversas áreas: psicologia, direito, sociologia, educação, ciência política, medicina, teologia, educação física, artes. Nesta direção, reflete o trabalho interdisci-

plinar e integrado do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) e do Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional e ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O livro foi financiado com recursos do edital PROEXT 2013 e busca ser uma ferramenta para todas/as aquelas/es preocupadas/os em agir neste campo.

Boa leitura!